



**República Federativa do Brasil  
Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Pinhal da Serra**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Órgão/Unidade Requisitante: Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra — Secretária de Educação.**

**Processo Administrativo: Chamada Pública nº 01/2026**

**Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados à alimentação escolar dos alunos da rede pública municipal, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.**

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar é necessária para assegurar a oferta regular, adequada e nutricionalmente equilibrada da alimentação escolar aos alunos da rede municipal de ensino, atendendo às diretrizes do PNAE e às necessidades definidas pela nutricionista responsável.

A contratação contribui, ainda, para o fortalecimento da economia local e regional, a geração de renda no meio rural e a promoção do desenvolvimento sustentável, conforme diretrizes das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

**2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A contratação está incluída no Plano de Contratações Anuais (PCA), alinhada com o planejamento da administração do município.



**República Federativa do Brasil  
Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Pinhal da Serra**

### **3. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE**

A locação de veículos é necessária para atender às demandas permanentes e eventuais das diversas secretarias do Município de Pinhal da Serra, garantindo deslocamentos para atividades administrativas, operacionais, técnicas e emergenciais. O Município não possui frota suficiente para suprir todas as necessidades de forma contínua, e muitos deslocamentos exigem veículos em boas condições mecânicas, com seguro, manutenção regular e disponibilidade imediata.

O aumento das demandas por vistorias, atendimentos externos, visitas institucionais, transporte de equipes técnicas e suporte às atividades essenciais exige veículos confiáveis, com custos previsíveis e sem risco de interrupção dos serviços. A contratação permitirá que as secretarias realizem suas atividades com eficiência, evitando paralisações que poderiam prejudicar o atendimento ao cidadão e a execução de políticas públicas.

### **4. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS**

R\$ 194.268,70 (cento e noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta centavos), apurado a partir da soma dos valores estimados de todos os itens constantes da Solicitação de Chamada Pública 2026, com base em pesquisa de preços realizada conforme as normas do FNDE.

### **5. DA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS**

#### **Alternativa 1 – Aquisição por meio de licitação convencional (pregão ou concorrência)**

A realização de licitação tradicional, na forma de pregão ou concorrência, não se mostra adequada para a presente contratação, uma vez que o



**República Federativa do Brasil**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Município de Pinhal da Serra**

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE possui regramento próprio que prioriza e estimula a aquisição direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Além disso, a licitação convencional não atende à exigência legal de destinação mínima de 30% dos recursos do FNDE à agricultura familiar, prevista no §1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, podendo inviabilizar o cumprimento dessa obrigação legal e afastar os pequenos produtores locais do fornecimento.

**Alternativa 2 – Aquisição direta de fornecedores privados não vinculados à agricultura familiar**

A contratação exclusiva de fornecedores privados do mercado convencional também se revela inadequada, pois, além de não cumprir a política pública prevista no PNAE, não promove o desenvolvimento local, a inclusão produtiva dos agricultores familiares nem a aquisição prioritária de alimentos frescos e produzidos regionalmente.

Tal alternativa poderia comprometer o atendimento às diretrizes de segurança alimentar e nutricional, bem como gerar descumprimento das normas específicas do FNDE.

**Alternativa 3 – Execução direta pelo Município**

A execução direta do fornecimento de alimentos pelo próprio Município mostrou-se inviável, uma vez que a Administração Pública não dispõe de estrutura produtiva, logística e operacional para produzir, armazenar e distribuir os gêneros alimentícios necessários à alimentação escolar, o que demandaria investimentos elevados, incompatíveis com os princípios da economicidade e da eficiência.

**Alternativa 4 – Aquisição por meio de Chamada Pública da Agricultura Familiar**

A Chamada Pública, prevista expressamente na legislação do PNAE, mostra-se a alternativa mais adequada, eficiente e vantajosa para a Administração Pública, pois:



**República Federativa do Brasil  
Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Pinhal da Serra**

- Atende integralmente às disposições da Lei nº 11.947/2009 e das Resoluções do FNDE;
- Permite o cumprimento da aplicação mínima de recursos junto à agricultura familiar;
- Prioriza fornecedores locais e regionais;
- Garante alimentos frescos, de qualidade e adequados ao cardápio escolar;
- Promove o desenvolvimento econômico local e regional;
- Assegura transparência, isonomia e controle social.

**Conclusão da Análise**

Diante da análise das alternativas possíveis, conclui-se que a aquisição por meio de Chamada Pública da Agricultura Familiar é a única alternativa plenamente compatível com a legislação vigente, com os objetivos do PNAE e com o interesse público, mostrando-se técnica, econômica e socialmente mais adequada para o atendimento da necessidade identificada.

**6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta consiste na **aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural**, por meio de **Chamada Pública**, visando o atendimento contínuo e adequado da alimentação escolar dos alunos da rede pública municipal de ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

A contratação será realizada observando-se o disposto no §1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, nas Resoluções do FNDE nº 06/2020, 21/2021 e 02/2023, bem como na Lei nº 14.133/2021, priorizando fornecedores locais, regionais e estaduais, conforme critérios de seleção legalmente estabelecidos.



**República Federativa do Brasil**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Município de Pinhal da Serra**

A solução contempla o fornecimento parcelado e conforme demanda, ao longo do ano letivo de 2026, de gêneros alimentícios variados, incluindo hortifrutigranjeiros in natura, produtos minimamente processados e alimentos processados artesanais, respeitando padrões de qualidade, segurança alimentar e requisitos sanitários vigentes. As entregas serão realizadas diretamente nas unidades escolares indicadas pelo Município, em datas e quantidades definidas pela Nutricionista responsável, garantindo frescor, redução de perdas e melhor adequação ao cardápio escolar.

O modelo adotado permite:

- maior integração entre a administração pública e a agricultura familiar local;
- fortalecimento da economia rural;
- promoção de alimentação saudável e adequada aos alunos;
- rastreabilidade dos produtos;
- respeito aos limites individuais de comercialização por CAF/DAP;
- controle eficiente da execução contratual e dos recursos públicos.

O pagamento será efetuado mensalmente, mediante entrega efetiva dos produtos e apresentação da documentação fiscal correspondente, assegurando transparência, previsibilidade financeira aos fornecedores e regularidade na execução do contrato.

Dessa forma, a solução apresentada atende de forma integrada, eficiente e legal à necessidade pública identificada, sendo a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, econômico, social e administrativo, garantindo a continuidade do serviço público essencial de alimentação escolar com qualidade e segurança.



**República Federativa do Brasil**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Município de Pinhal da Serra**

## **7. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a implementação da solução proposta, o Município pretende alcançar os seguintes resultados:

- Garantir o fornecimento regular e contínuo de gêneros alimentícios para a alimentação escolar dos alunos da rede pública municipal, assegurando o atendimento integral ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o ano letivo de 2026.
- Assegurar alimentação adequada, saudável e de qualidade, com produtos frescos, variados e em conformidade com os padrões nutricionais e sanitários estabelecidos pela legislação vigente, contribuindo para o desenvolvimento físico, cognitivo e social dos estudantes.
- Fortalecer a agricultura familiar local e regional, promovendo a geração de renda, a inclusão produtiva e a valorização dos agricultores familiares e empreendedores rurais, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento sustentável e segurança alimentar.
- Estimular a economia local, por meio da priorização de fornecedores do município e da região, reduzindo custos logísticos, prazos de entrega e impactos ambientais decorrentes do transporte de longas distâncias.
- Promover maior eficiência na gestão dos recursos públicos, assegurando a correta aplicação dos recursos do FNDE e dos recursos próprios do Município, com transparência, controle e rastreabilidade das aquisições realizadas.
- Reduzir perdas e desperdícios de alimentos, mediante entregas programadas conforme a demanda real das unidades escolares e acompanhamento técnico da Nutricionista responsável.



República Federativa do Brasil  
Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Pinhal da Serra

- Garantir conformidade legal e segurança administrativa, observando os limites individuais de comercialização por CAF/DAP, os critérios de seleção previstos nas normas do FNDE e as disposições da Lei nº 14.133/2021.
- Assegurar previsibilidade financeira aos fornecedores contratados, por meio de pagamentos regulares e mensais, incentivando a continuidade e a qualidade do fornecimento.

#### 8. DA JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO OU NÃO

O parcelamento da contratação mostra-se **necessário e adequado** em razão das características do objeto, que envolve o fornecimento de gêneros alimentícios, em sua maioria **perecíveis**, destinados à alimentação escolar dos alunos da rede pública municipal ao longo do ano letivo.

A execução parcelada permite que as entregas ocorram de forma contínua e conforme a demanda real das unidades escolares, respeitando o planejamento do cardápio elaborado pela Nutricionista responsável, garantindo maior frescor dos alimentos, manutenção da qualidade nutricional e redução de perdas por deterioração ou vencimento.

Além disso, o parcelamento da contratação:

- Assegura a regularidade do abastecimento durante todo o período letivo, evitando descontinuidade no fornecimento da alimentação escolar;
- Facilita a participação da agricultura familiar, que possui produção sazonal e capacidade limitada de armazenamento, compatibilizando a entrega com o ciclo produtivo;



**República Federativa do Brasil**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Município de Pinhal da Serra**

- Permite melhor gestão dos recursos públicos, com pagamentos realizados apenas após a efetiva entrega dos produtos, conforme cronograma mensal;
- Reduz riscos logísticos e operacionais, evitando grandes volumes estocados nas unidades escolares, que possuem espaço físico limitado;
- Garante maior controle e fiscalização da execução contratual, possibilitando ajustes pontuais nas quantidades conforme necessidade, sem prejuízo ao objeto contratado.

O parcelamento não compromete a economia de escala nem a competitividade do certame, uma vez que a contratação ocorre por meio de Chamada Pública, com preços previamente pesquisados conforme as normas do FNDE, assegurando a vantajosidade da contratação.

Dessa forma, o parcelamento da contratação revela-se tecnicamente justificado, economicamente viável e administrativamente eficiente, atendendo ao interesse público e às exigências legais aplicáveis.

## **9. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Constando os elementos dispostos nos incisos I, IV, V, VI, VIII, IX e XIII do caput do artigo 18, da Lei 14.133/2021, no que diz respeito aos itens obrigatórios a serem contemplados no estudo técnico preliminar, incluído os itens facultativos dos incisos II e VII, justifica-se a não apresentação dos itens III, X, XI e XII pois facultativa e já abrangida dentro dos itens obrigatórios constantes.

Desse modo, com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de





**República Federativa do Brasil**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Município de Pinhal da Serra**

planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Pinhal da Serra/RS, 13 de Janeiro de 2026.

---

**Secretária de Educação**  
**Alessandra Gonçalves da Costa**